

Republicanismos luso-brasileiros: demarcação histórica e estética relacional

Marçal de Menezes Paredes*

Não resta dúvida de que a campanha abolicionista foi a questão de maior adesão social das últimas décadas no Brasil do século XIX. Outro tema, porém, manifestou reverberação além das fronteiras nacionais. Focando o espaço Atlântico de fala lusófona, percebe-se que a vaga republicana tropical despertou viva atenção dos comentaristas da cena política da ex-Metrópole. O que sugere a existência de uma dialogia luso-brasileira no âmbito dos republicanismos observados num e noutra país. Motivo suficiente para acompanharmos a recepção e o impacto, em Portugal, dos acontecimentos que levaram ao 15 de Novembro no Brasil. E ainda assim perscrutarmos o desenvolvimento deste relacionamento até os desfechos do 5 de Outubro de 1910, quando os portugueses declaram a República como seu regime de governo. Será o escrutínio destes fenômenos o fito de nossa análise a seguir.

A bem da verdade deve-se reconhecer a existência de uma não-desprezível referencialidade a Portugal desde os primeiros movimentos da campanha republicana no Brasil. Dir-se-ia até algo mais: que já na propaganda pela República identifica-se um claro sentimento de afastamento do velho reino lusitano. Distanciamento não apenas do ponto de vista político – pelo óbvio de a Monarquia representar a permanência da Dinastia dos Bragança em solo nacional, como foi explorado na época –, mas no que tange à mobilização das histórias nacionais (tanto da brasileira quanto da portuguesa); também se observa um impacto na esfera simbólica da compreensão de ambas as culturas nacionais. Trata-se, com alguma precisão conceitual, de um fenômeno de demarcação estética das nações¹.

* Doutor em História pela Universidade de Coimbra. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Pesquisador-visitante do Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS). Bolsista PRODOC/CAPES.

¹ Demarcação no sentido que dá ao termo Fernando Gil, ou seja, “fixa domínios diferenciados do conhecimento”. GIL, Fernando. *Modos de evidência*. Lisboa: INCM, 1998, p.397.

Extirpar ou Evocar o passado?

O *Manifesto Republicano* de 1870, logo nas suas formulações iniciais, sustenta que “é legítima a aspiração que hoje se manifesta para *buscar em melhor origem o fundamento* dos inauferíveis direitos da Nação”. Abre-se aqui uma linha de raciocínio de grande significado. Na medida em que a preocupação com a origem inaugura uma série de mobilizações da história brasileira². É neste sentido que a “origem histórica da fundação do Império” brasileiro é esgrimida, enquanto fonte de resistências várias que, procurando “disfarçar a forma, mantendo [porém] a realidade do sistema que se procurava abolir”, evocava a “persistência do despotismo colonial”. Ou seja, evoca a manutenção estética e política dessa *origem* que urgia ultrapassar (MENEZES, 1957: 498-501). Postas as coisas nestes termos, compreensivelmente a propaganda para a proclamação da República tomava as cores de uma campanha pela verdadeira Independência do Brasil (BELO, 1940:5).

Não surpreende, assim, que o movimento republicano brasileiro afirme que a democracia real não tenha sido consumada no país, por mais “liberal” que tivessem sido algumas quadras do reinado de D. Pedro II (HOLANDA, 1976). O objetivo desta interpretação era propagar a ideia-força de que se a democracia verdadeiramente triunfasse no Brasil “*ficaria quebrada a perpetuidade da herança que o Rei de Portugal queria garantir à sua dinastia*” (MENEZES, 1957: 501). Sob o eco deste bordão demarcatório – voltado para um afastamento final relativo à herança portuguesa no Brasil – diversos eventos históricos são mencionados justamente enquanto signos da sobrevivência do jugo colonial lusitano no seio do Império (Dissolução da Assembléia Constituinte de 1823, Carta de 1824 outorgada, processo da “maioridade” de Pedro II etc.).

² Nossa atenção está voltada para ao carácter negociado das identidades coletivas, para a incómoda não coincidência entre as estratégias de consolidação identitária, bem aos respectivos esforços de legitimação a elas inerentes (buscados ao manancial dos fatos históricos). Nesse sentido, acredita-se na operatividade crítica que utiliza (e distingue) os conceitos de “fundação” e “fundamento”, estratégia heurística na qual buscamos auxílio na abordagem epistêmica feita por Fernando Gil: “fundação e fundamento pertencem ambos ao registo da evidência mas o fundamento é o lugar do excesso enquanto que a fundação, ou as *actividades fundadoras* do espírito [...] se acham associadas à procura dessa inteligibilidade primordial que nos aparece como uma exigência indeclinável”. GIL, Fernando. *Modos de evidência*. Lisboa: INCM, 1998, p.401.

A analogia entre República e Independência é nítida, mas não é a única. Junto a ela sugere-se também a associação entre Centralismo e Monarquia (leia-se colonialismo lusitano), à qual só se poderia opor de forma conveniente, conforme defendia o *Manifesto*, a organização de uma República Federativa no Brasil (MENEZES, 1957: p.498-514):

O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das Províncias, elevando-se à categorias de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade [será] o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

Não por acaso, nem neste trecho, nem nos de similar inspiração, se faz referência alguma à idêntica proposta política de alguns positivistas portugueses. Compreende-se por quê. A federalização da República, para o líder do positivismo português e futuro primeiro presidente da República – Teófilo Braga –, vinha ao encontro da “tradição” do municipalismo medieval lusitano. No Brasil, ao contrário, a mesma proposta política chocava em linha direta com a tradição portuguesa, erigindo-se contra a manutenção das práticas lusitanas na política nacional. O que também se entende. Afinal, a evocação do nome de “Portugal” no âmbito das “transformações” sociais brasileiras possuía, genericamente, uma conotação precisa: o “passado” a ser superado. Como já se percebe, a cada margem do Atlântico de fala lusófona convinha um traço do passado que haveria de ser mobilizado enquanto signo essencial de uma arbitrária “portugalidade”. Exemplo irrevogável do lastro histórico que interessava, para os republicanos brasileiros, extirpar, e, para os republicanos portugueses, evocar. Este “detalhe”, que remete à mobilização da história enquanto critério demarcatório da soberania política e cultural, reforçou o cunho *americanista* (leia-se anti-lusitano) no processo de fundação de um Brasil “regenerado”, através do reforço dos contornos exclusivos da “família brasileira”, operando, com isso, um corte definitivo em qualquer referencialidade “luso-brasileira”.

Deste modo entende-se que o *Manifesto Republicano de 1870* também comporta uma dimensão de (re)fundação da soberania nacional, bradando em prol do sentimento *americanista* (MENEZES, 1957: 517):

Somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos. A permanência desta forma tem de ser forçosamente, além de origem da opressão do interior, a fonte perpétua de hostilidade e de guerras com os povos que nos rodeiam.

Razão terá, por conseguinte, José Maria Belo, quando afirmar que é curioso notar-se, no Manifesto de 1870, a significância de uma referencialidade americana. Diz o autor que “se a derrocada de Napoleão III é um exemplo que os republicanos brasileiros não esquecem na crítica ao Império, o que mais lhes fere o sentimento é o exotismo da Monarquia na *comunhão republicana da América*”. Eis-nos, em definitivo, perante um vincado sentimento de *demarcação* cultural através da oposição da *escala americana* relativamente à *escala europeia*. Um exercício de diferenciação que parece decorrer em boa medida do fato de que a republicanização brasileira significou uma vontade de extirpar do corpo nacional “o imenso revestimento do estuque europeu”, representado pela Monarquia – pelos laços de sangue que uniam o trono lusitano ao brasileiro (1940:23-26).

Este postulado de “comunhão americana” traz consigo um movimento obrigatório de redefinição, quando não de abandono, de uma idealizada “comunhão luso-brasileira”. Uma visão para a qual concorriam opiniões de portugueses como J. P de Oliveira Martins³ e Eça de Queirós⁴, cujos posicionamentos a este respeito valem a pena serem seguidos mais detalhadamente.

A melhor obra da história portuguesa em perigo

Na seqüência da Proclamação da República no Brasil, em 1889, Joaquim Pedro de Oliveira Martins se posicionará criticamente através das suas crônicas nos periódicos portugueses. Nesse ano de 1889, no jornal *O Tempo*, um artigo chamado “A República no Brasil”, considera o seguinte: “parece confirmar-se a notícia da incomparável tolice que o Brasil fez, proclamando a República, destruindo esse Império

³ Refiro-me tanto às crônicas publicadas na *Revista Occidental*, em 1875, onde já aparece a expressão “comunhão de sangue”, como aos artigos expressos nos jornais *O Tempo*, onde estão presentes muitas críticas ao “erro” republicano cometido pela nação “neo-portuguesa” da América.

⁴ Faço menção principalmente às opiniões manifestadas na *Revista de Portugal*, por ocasião da Proclamação da República no Brasil, em 1889, já analisados anteriormente.

a cuja sombra e pela mão de um príncipe tão patriota como sábio, conseguira ganhar foros de nação, avigorar-se, desenvolver-se, vencer os seus inimigos e adquirir um lugar proeminente na América do Sul” (MARTINS, 1957:241). Para ele, a Proclamação da República no Brasil é “mais do que um erro funesto”: trata-se de “uma ingratidão para com esse homem venerando carregado de anos e serviços que consumiu a vida a dotar o seu Império com os frutos de uma administração em que a energia se aliou sempre à prudência, a força à arte, alternando segundo as necessidades”. O autor de *O Príncipe Perfeito* entende que a unidade territorial brasileira foi obra do Império e, por isso, o vemos temer pela desagregação “dessa grande América portuguesa, tão grande como a Europa, tão diversa em interesses, em tradições e em temperamento nas suas várias províncias, desde os sertões do Amazonas, pelo centro agrícola de S. Paulo, até aos pampas do Rio Grande”. Avalia que a unidade nacional brasileira só era possível pela forma administrativa do Império de D. Pedro II. O federalismo republicano, vaticina, “será inevitavelmente o desmembramento [do] grande Império neo-português” (MARTINS, 1957:242).

A sua argumentação neste sentido não hesita em se ancorar na experiência histórica. Sustenta que, ao contrário da colonização da América do Norte, que “marchou em coluna cerrada” de Oriente a Ocidente, a colonização “hispano-portuguesa”⁵ dimanou “criando núcleos dispersos, gânglios de população que só o trabalho lento dos séculos virá a aproximar e fundir”. Esses núcleos mantinham-se unificados enquanto “enfeixados pelo vínculo da monarquia”. Por isso, acredita que, abolindo-a, a República tenderá para a desagregação. Não pode, nestas circunstâncias, deixar de exprimir as suas reservas mais vincadas à mutação política brasileira (MARTINS, 1957:243-245):

ao apreciar a revolução do Brasil, aplauda-a quem quiser: nós não, porque aplaudindo a proclamação ociosa de um fórmula de governo, indiferente em si e nefasta actualmente para o próprio Brasil, aplaudiremos a iminência de graves perigos para esta nossa terra que adoramos, e que foi a *mãe pátria da nossa gloriosa colónia*”.

⁵ A expressão remete ao debate, travado no contexto dezenovista lusitano, sobre a compreensão história da cultural portuguesa. Ao menos dois vieses distintos se delinearão: um, que entendia que “Portugal” devesse ser tratado no âmbito dos demais “povos ibéricos” (onde se enquadram o pensamento de Oliveira Martins e Alexandre Herculano, por exemplo); outro, que compreendia o país como herdeiros de um “moçarabismo”, tendo, deste modo, originalidade étnica perante os demais reinos hispânicos (tese defendido por Teófilo Braga, entre outros). Para uma análise deste debate relacionado à compreensão da brasilidade, consultar PAREDES, Marçal de Menezes. “Querela dos Originários: notas sobre a polémica entre Sílvio Romero e Teófilo Braga”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial. N.º2, 2006.

Parece inegável que cada uma das suas alusões ao futuro brasileiro estejam marcadas por um movimento de autoreferencialidade, aliás assumida,⁶ que reflete, a partir da realidade brasileira, sobre a própria simbologia ligada às dimensões positivas do período colonial português. Por isso declarava que “ao Brasil queremos, pois, como se *ainda fosse uma parte da pátria portuguesa*, e é por isso que estas palavras nos saem espontâneas e simples dos bicos da pena” (MARTINS, 1957:245)⁷.

Daí lamentar que “o Brasil praticasse além de um acto de insensatez, uma ingratitude”. Ingratitude para com a obra do Império brasileiro, para com a união territorial, mas também, e sobretudo, para com o legado português na América. Implicitamente, percebe-se que os acontecimentos políticos brasileiros são suscetíveis de macular *a obra lusitana na história*, afetando a “moral” da coletividade em causa, bem como o padrão de relacionamento projetado para o futuro. E mesmo reconhecendo-se que, “certamente, um país, chame-se como se chamar, não passa de amigo a inimigo nosso porque mudou a sua forma de governo”, e que “a nossa amizade é tão grande como o nosso parentesco”, alguma ansiedade se deverá, àquela luz, compreender, perante “o passo errado que deu o Brasil, e a enormidade dos perigos em que se lançou a si – e também a nós” (*idem, ibidem*). Estava em causa, afinal, o futuro de um dado passado⁸, o mesmo é dizer o futuro de uma comunidade luso-brasileira idealizada. Ou

⁶ Cumpre chamar a atenção, neste ponto, para o fato de as preocupações de Oliveira Martins com a mudança de regime resultarem, em alguma medida, da percepção do risco econômico que presumia vir a abater-se sobre Portugal, visão a que não é estranha a sua particular sensibilidade para com o problema emigratório, ao qual volta, com insistência, da linha do que fizera já em 1875, acentuando a forte dependência econômica portuguesa da respectiva capacidade para estabilizar a comunidade migrante e o correspondente caudal de retorno financeiro. Ele mesmo o manifesta: “já não é hoje segredo de ninguém que o rendimento mais importante e mais líquido da nossa depauperada economia nacional é a emigração para o Brasil. Exportamos para lá por ano trinta ou quarenta mil portugueses; recebemos de lá por ano dez ou quinze mil contos de réis. Se esta corrente de gente que sai e de dinheiro que vem, se deslocar, as conseqüências serão gravíssimas”. Para Oliveira Martins “o jacobinismo brasileiro escreve na sua bandeira a *nacionalização do comércio de retalho*, eufemismo sob que se esconde a guerra mortal de inveja ao emigrante português, que disputa aos indígenas, à força de economia e trabalho, o mercado da venda a miúdo”, fazendo menção aos conflitos ocorridos no Pará, naquela ocasião. (*Idem, ibidem*, p.244-247).

⁷ *Idem, ibidem*, p.245.

⁸ Está em causa, neste ponto, toda a complexa relação entre memória, presentificação da memória e projeção do futuro, tal como a tem analisado Fernando Catroga e no sentido que ela recebe a partir dos estudos de Miguel Baptista Pereira, ao afirmar que “se houve passado, presente e futuro no passado, há passado, presente e futuro no presente, haverá passado presente e futuro no futuro”. Veja-se o enquadramento teórico da questão em PEREIRA, Miguel Baptista. “Filosofia e memória nos caminhos do milénio”, *In: Revista Filosófica de Coimbra*, vol.8, n.º16, Outubro de 1999; e veja-se, de igual modo, o desenvolvimento dado ao assunto, a partir daquela expressão, por CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001, p.32.

não será precisamente isso que dirá o próprio Oliveira Martins, ao dar voz a todos os que, como ele, “esperançados no crescer fecundo e harmónico de uma *nação neo-portuguesa na América*, em vez de se sentirem entusiasmados, [lamentam] ver assim posto em perigo *o futuro da melhor obra da história portuguesa*” (MARTINS, 1957:249-250)?

A apreensão das análises de Oliveira Martins é seguida pelo tom irónico emanado das opiniões de seu companheiro de geração desde os anos de estudo na Universidade de Coimbra, José Maria Eça de Queirós. Nas páginas da *Revista de Portugal*⁹, aliás dirigida por Eça, observamos similitudes de opinião nas reverberações causadas pela Proclamação da República no Brasil. À semelhança de seu amigo brasileiro Eduardo Prado – que também se mostrava preocupado com os destinos políticos do Brasil¹⁰ –, Eça utiliza um pseudónimo – João Gomes – para dar suas impressões sobre a deposição da monarquia brasileira. Seu texto intitula-se “Notas do Mês” e é iniciado em tom jocoso, dizendo que a “revolução do Brasil (tal como contam os telegramas passados através da censura republicana) é menos uma revolução do que uma transformação – como nas mágicas”. Tratará ainda João Gomes de uma revolução “feita antes do almoço”, que foi “simultaneamente grandiosa – e divertida”. E continua, ao analisar a relativa facilidade e rapidez com que a República suplantou a Monarquia, considerando que “o Imperador tinha-se a tal ponto desimperializado, que entre Monarquia e República não havia realmente senão um fio – tão gasto e tão frouxo, que,

⁹ Concordo com Aparecida de Fátima Bueno quando considera a *Revista de Portugal* “um espaço importante para pensar nas inter-relações luso-brasileiras do período”. Importa ressaltar que acreditamos que o que a autora afirma em relação à *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, sustentamos ser a tônica da época que vai de 1870 até o final do século, englobando não apenas este periódico, mas vários outros, desde a *Revista Ocidental*, dirigida por Antero de Quental e Batalha Reis, passando pela *Revista de Estudos Livres*, bem como pela *Revista Brasileira*. No final das contas, trata-se de atentar que este foi o tom crítico das Gerações de 1870, portuguesa e brasileira, conforme a expressão de Beatriz Berrini. (BUENO, 2004; BERRINI, 2003).

¹⁰ Faço menção ao título da obra publicada por Eduardo Prado nas páginas da *Revista de Portugal*: PRADO, Eduardo, “Destinos Políticos do Brasil”, *Revista de Portugal*, volume I. Porto: Editores Lugan & Genelux, 1889. Recorde-se que os artigos publicados por Eduardo Prado, na *Revista de Portugal*, em 1889 e 1890, sob o pseudónimo de “Fredeirico de S”, deram origem a duas publicações: *A ilusão americana*, estampada em 1894 e *Fastos da ditadura militar no Brasil*, publicado em 1902, no Brasil. Estas obras foram confiscadas e censuradas pelo governo republicano brasileiro. Em 1895, entretanto, veio à estampa uma segunda edição de *A ilusão americana*, publicada em Paris, pela editora Armand Colin. Vale dizer ainda que *A ilusão americana* foi alvo de uma positiva recepção crítica, escrita por Moniz Barreto, estampada nas páginas da *Revista de Portugal*, de onde, aliás, saíram seus textos (BARRETO, 1890).

para o cortar de um golpe brusco, bastou a espada do Marechal Fonseca” (QUEIRÓS, 1889:777-778).

Eça considera a “revolução republicana” um movimento de bacharéis (Prado já havia apontado nesse sentido nos seus “Destinos Políticos do Brasil”). Estes a teriam proclamado com intuito de realizar “o velho ideal jacobino, já entre nós [os portugueses] desacreditado e um pouco obsoleto [*sic*], e que no Brasil domina ainda as inteligências tropicalmente entusiásticas e crédulas” (idem, *ibidem*). Tal como Prado e Oliveira Martins, o autor de *Os Maias* estava ciente das possíveis conseqüências da progressiva republicanização da América.

Por isso, afirma que “com o Império, segundo todas as possibilidades, acaba também o Brasil”. Numa análise semântica que remete à história, Eça afirma que “este nome de *Brasil*, [que] começava a ter grandeza, e para nós portugueses representava um tão glorioso esforço, passa a ser um antigo nome da velha Geografia Política”. Para ele, tratava-se de uma questão de tempo, pois “o que foi o Império estará fraccionado em Repúblicas independentes, de maior ou menor importância”. Chama atenção para a diversidade do clima, do caráter dos povos e dos interesses políticos locais, entre outros fatores. Motivos que não conseguiriam manter unido o Brasil, *indicador maior da obra histórica de Portugal*, pois “não está forçado a conservar-se unido, pelo receio dos ataques ou represálias de uma metrópole forte, de quem acabasse de se emancipar”¹¹. Daí que vaticine, utilizando os demais países latino-americanos como exemplos históricos, que no que um dia foi o Brasil, “haverá Chiles ricos, e haverá certamente Nicarágua grotescas. A América do Sul ficará toda coberta com os cacos de um grande Império” (QUEIRÓS, 1889:783).

Para além das respectivas diferenças, os depoimentos afinavam-se pelo diapasão da “comunhão de sangue” entre portugueses e brasileiros. Percepção esta sedimentada na compreensão do Brasil enquanto portador da “seiva lusitana” nos trópicos. À luz do radicalismo que ressoava, a este nível, do Manifesto e do lugar negativo atribuído a Portugal na fundamentação republicana, bem se podem entender as reservas dos citados intelectuais. Na altura do 15 de Novembro brasileiro, receavam pelo futuro das ligações entre os países. O certo é que o Brasil intentava, no processo

¹¹ QUEIRÓS, Eça (João Gomes). “Notas do Mês”. *Revista de Portugal*, volume I. Porto: Editores Luga & Genelux, 1889, p.782. Grifos meus.

republicano, distanciar-se de Portugal, assumindo autonomia cultural. Neste ponto – isto é, neste investimento de demarcação histórica –, percebe-se a migração alegórica que transitou do signo do “sangue” (Bragantino) para a marca da “terra”, num processo não desconexo das influências teóricas que remetiam ao materialismo monista de influência alemã e que realçava o critério do determinismo geográfico. Operava-se uma autêntica “darwinização da crítica”, para usar uma expressão de Sílvio Romero. Buscava-se uma conformidade com os demais povos americanos (republicanos) e, conseqüentemente, uma inescapável superação da tradição nacional. Não surpreende, portanto, que desde o findar da Guerra do Paraguai, o movimento de ideias que renovou as mentes da juventude brasileira de 1870, tinha um forte carácter nacionalista, que buscava retirar do país as peças que lembravam o passado colonial e, assim, construir os fundamentos de uma identidade nacional, política e cultural, que fosse única e original. Basta lembrar o tom nacionalista agressivo dos textos de Sílvio Romero, na *Revista Brasileira*, em 1879 ou o do crítico literário Araripe Júnior que, na revista *Lucros e Perdas*, em 1883, pregava aos seus nos seguintes termos: “desviemos os olhos das torpezas do Brasil, esqueçamos o passado... vivamos um pouco iludidos no futuro” (ARARIPE JR., 1883). Deste modo, constata-se que, em diversas frentes, o “passado a ser superado” era sinônimo da relação com Portugal (fosse o braço escravo, que lembrava a exploração lusitana, fosse a Monarquia, que significava a manutenção dos “laços de sangue”). Dir-se-ia que o Brasil, para demarcar-se de seu passado, fazia de Portugal seu *ultra-passado*.

O passado como ruptura: o republicanismo português

Toda esta questão da demarcação histórica implícita no movimento republicano brasileiro ganha maior clareza quando cotejada com o caso português. É que também os republicanos portugueses buscavam demarcar-se do passado, na medida exata em que buscavam reinventar, na passagem para o regime republicano, um ideal a ser alcançado. Só que se este ideal – como não poderia deixar de ser em se tratando do modelo republicano – coincidia com um ideal de positividade cuja marcha da civilização tinha no caso francês seu referente, não é menos verdade que ele autorizava que, em simultâneo, a construção da ideologia republicana em Portugal se auto-proclamasse “herdeira” do liberalismo da Revolução de 1820. O que, face ao que

podemos apreciar para o caso brasileiro, se apresenta como peculiaridade lusitana: uma não renegada inspiração no passado nacional português – entendido como o parâmetro de um liberalismo corrompido pelo cartismo¹² que lhe sucedeu –, no seio de um movimento dito renovador e modernizador. Desta relação com o passado no âmbito da mudança social residirá uma diferença entre os trajetos lusitano e brasileiro, na medida em que, no Brasil, o “passado” (europeu) a ser superado era o oposto das ambições (americanas) de futuro, enquanto que por sua vez, em Portugal, o futuro (democrático-liberal republicano) busca recuperar a “tradição” do passado (o liberalismo vintista).

Os exemplos deste aspecto, principalmente quanto à mobilização do passado pelo republicanismo português, são colhidos sem dificuldade, tendo sido justamente estudados como expressão do elevado peso do vintismo no republicanismo português. Vale a pena recuperar, para a nossa exposição, essas alusões, no sentido de ressaltar o contraste de pressupostos com a atrás enunciada situação do republicanismo brasileiro. Veja-se a interpretação do historiador e crítico cultural José de Arriaga, em *A política conservadora e as modernas alianças dos partidos políticos portugueses*: “é chegado o momento de lançarmos uma vista rápida pelo passado, a fim de o interrogar acerca das vantagens e benefícios, deixados até hoje, pela monarquia constitucional, talhada segundo os princípios da escola doutrinária, e metida nas estreitas formas da política conservadora”. Sua obra, publicada em 1879, representa um ícone da mobilização republicana em torno da “herança” de 1820 e da importância da unificação das propostas republicanas. A referência à idéia de “regeneração” tendo como inspiração o passado vintista fica ainda mais clara quando Arriaga (1879:459) afirma que

Portugal, decadente e empobrecido pelo regimen absoluto, inimigo do progresso e das reformas, fez um esforço heróico, para libertar-se dos vícios e defeitos de uma sociedade decrépita. Proclamou em 1820, e com entusiasmo, os princípios liberaes, a fim de iniciar com elles uma política popular e nacional, a qual soubesse tratar com disvelo e solicitude dos interesses públicos, até então despresados e esquecidos; e a fim de achar n’elles a sua completa regeneração futura.

¹² O “cartismo”, em Portugal, refere-se aos partidários da Carta Constitucional de 1826, redigida e outorgada por D. Pedro I, no Brasil (Pedro IV, em Portugal). Simboliza, grosso modo, a versão mais conservadora do liberalismo lusitano, manifestando a influência, entre outras, da Carta Brasileira de 1824, também outorgada por Dom Pedro.

Considerações como estas foram ecoadas por Manuel Emídio Garcia, que dizia ser a Revolução de 1820 um “movimento político de feição acentuadamente democrática”, representando “a expansão do comprido espírito liberal e das tradicionais aspirações republicanas do povo português, que *em futuro mais ou menos próximo conseguirá reatar à memorável revolução de 1820 a corrente da sua evolução política democrática*, há setenta anos cortada pela monarquia e seus sequazes” (GARCIA, 1884:1). Teófilo Braga, por sua vez, também reverberava este posicionamento, ao dizer, na introdução à sua *História das Ideias Republicanas em Portugal*, que a marcha da História determinaria a evolução das idéias democráticas para uma transformação política “e dessa previsão resultará uma maior coordenação de trabalho e desse trabalho uma *revivescência da nacionalidade*” (1983:15). Resuma-se, pois, com o abono de Amadeu Carvalho Homem, que diz ser indiscutível que o republicanismo apologético português fará sua a tradição democrático-revolucionária, “conferindo à revolução vintista uma relevância toda especial e saudando o diploma constitucional de 1822 como a consagração legal de uma nova vivência cívica e política” (1989:236).

Não obstante estas considerações, há um elemento que, de certa maneira, contribui para a mudanças das estratégias de promoção do ideal positivista: a Proclamação da República no Brasil. Como se viu atrás, a notícias de que a ex-colônia brasileira respirava ares republicanos bulia diretamente na “grande obra” portuguesa na História. Segundo pensavam críticos do matiz de um Oliveira Martins, era grande, no novo regime, a possibilidade da fragmentação territorial e política do Brasil. Em última instância mexia no espectro simbólico do trajeto histórico da nação lusitana. Assim pensavam os não propriamente republicanos. Vale saber agora qual foi o impacto do 15 de Novembro para aqueles portugueses que, tal como seus congêneres tropicais, aspiravam fortemente que o reino português galgasse rápido e finalmente ao patamar último da ascensão histórica, científica e civilizacional representada pela República.

A exemplaridade brasileira e o republicanismo português

Em matéria de relacionamento luso-brasileiro no âmbito dos republicanistas portugueses, não parece ser pequeno o potencial de interferência da proclamação da República no Brasil. Não está em causa, como é evidente, medir o grau dessa influência

dentro do universo de fatores normalmente associados ao caminho para a proclamação da República em Portugal. Apenas se pretende chamar a atenção para alguns focos de permeabilidade, se assim se pode dizer. Um indício do que se está a dizer é marcado pela importância simbólica que parece reconhecer-se ao 15 de Novembro brasileiro na Revolução do Porto de 31 de Janeiro de 1890. Evento tido consensualmente como representante de uma maior radicalização do republicanismo português (culminando no regicídio de 1908 e a troca de regime de 1910).

Esta inflexão radical do republicanismo português está presente, por exemplo, no programa do Directório de 11 de Janeiro de 1891. A partir deste momento, pode-se dizer que a clivagem entre federalistas e unitaristas, entre evolucionistas e radicais será superada no sentido de um consenso nacionalista. Conforme Fernando Catroga (1991:84), este Directório

“pretendeu conciliar, no essencial, os programas republicanos anteriores (unitarista e federalista), limitando-se a sublinhar melhor a opção nacionalista e interclassista do ideal republicano e a acentuar a finalidade que, em última instância, sobredeterminava a sua estratégica: a consumação da revolução cultural que seria necessária para completar o processo histórico iniciado com o liberalismo, mas que somente a República poderia elevar-se a um estágio maior de perfeição.

Depreende-se do que até aqui ficou dito que a simbologia da República proclamada no Brasil, no âmbito do ideário positivista, assumiu outro significado. Em última instância, representou uma mudança de estratégia de ação política pois os setores mais liberais do positivismo português – que acreditavam que a República chegaria através de maior divulgação científica, pelo intermédio de uma pedagogia das massas – foram substituídos pelos adeptos de maior voluntarismo na implementação do seu ideal evolutivo. Numa palavra: passou-se do convencimento pela educação à ação das baionetas.

Pode-se acrescentar, a título de mais um indício dessa influência brasileira – por si só já manifesto pelo intercâmbio transatlântico na divulgação do cientismo positivista (PAREDES, 2007) – a entrada em cena dos militares no movimento republicano, indicador de uma maior celeridade do movimento e elemento passível de aproximação à experiência brasileira de republicanização. O que está sendo sugerido foi observado naquele contexto com bastante nitidez, nas páginas da *Revista de Portugal*. Merece atenção um texto de Luiz de Magalhães intitulado “Revolta do Porto”,

publicado logo nesse ano de 1890, onde afirma que dois fatos importantes atuaram em favor da republicanização de Portugal, “eses dois factos, quasi simultâneos, foram a questão inglesa, com todos os seus deploráveis episódios, e o *exemplo da revolução brasileira*” (MAGALHÃES, 1890: 483). Considera ainda que

o exemplo da revolução brasileira, d’essa rápida e fácil mutação theatral de personagens e instituições, levada a effeito d’uma manhã para uma tarde, apenas com meia dúzia de tiros de revolver trocados entre o barão de Ladario e a escolta do general Deodoro – fez penetrar nas massas jacobinas a convicção de que tudo seria possível fazer-se aqui, mais dia, menos dia, pelo mesmo processo; e conformou até certo ponto o prudente burguez com a hypothese d’uma republica implantada em idénticas condições”.

E o mesmo Magalhães acrescenta que “nesta corrente de ideias, o partido republicano foi-se aproximando do exercito, que não repeliu, de forma alguma, o seu contacto. Activou-se a propaganda, e iniciou-se por fim a conspiração”. Conspiração esta que resultou em fracasso, tratando-se, antes, nas palavras de Luiz de Magalhães, de “uma espécie de sangrenta paródia ao *15 de novembro brasileiro*” (MAGALHÃES, 1890: 484-90).

Como quer que fosse, e para além da maior ou menor interferência deste sucesso nos rumos tomados pela radicalização do republicanismo português até ao 5 de Outubro de 1910, é possível descortinar, do ponto de vista que temos vindo a perseguir, que a Proclamação da República no Brasil, em 1889, perturbava (sob os aplausos de uns e o receio de outros) a manutenção e o significado da “obra portuguesa na História”, representando o perigo de desagregação “da obra lusitana” na América. E nem será preciso somar a este fato o célebre Ultimato Britânico, e suas seqüelas traumáticas, parece se tornar evidente que, em tal conjuntura histórica, se tenda a proceder a uma reavaliação das memórias nacionais por parte de cada um dos lados do Atlântico, num processo de mobilização das historicidades que, afinal, nunca tinha deixado de se adensar ao longo de toda a segunda metade do século XIX.

Periferia-Centro

Estes questionamentos memoriais e suas mobilizações políticas da história, as respectivas mudanças de regime, bem como as alterações na forma como se

interpelavam portugueses e brasileiros, no contexto de transição entre os séculos XIX e XX, representam, antes de qualquer coisa, a proximidade do relacionamento cultural em escopo luso-brasileiro, dimensão dialógica nem sempre percebida por alguma historiografia mais voltada à reverberações do nacionalismo romântico pós Independência. Neste ponto, sobrevêm o caráter estanque que se pode emprestar à conceitos como o de centro e de periferia, sobretudo no que remete ao relacionamento entre ex-colônias e ex-metrópoles. A este respeito, as linhas escritas atrás aconselham precaução, posto estar estes conceitos, também submetidos à historicidade desta dialogia. E pelo que se mostrou, no âmbito dos republicanismos luso-brasileiros, os relacionamentos tendiam à sua inversão. Não foi diminuto o impacto simbólico da republicanização do Brasil no contexto português do final do século XIX e inícios do XX. Seja pela ansiedade daqueles não-republicanos que temiam a desagregação da *grande obra da história* portuguesa, seja pela reverberação no seio do movimento republicano lusitano, e pela sua transição para a adoção de maior radicalismo revolucionário, o que parece indiscutível é que o Brasil estava em condições não periféricas no escopo das dialogias culturais luso-brasileiras. Explica-se: também a fronteira que separa abstratamente o que é tomado como periférico e o que é tomado como central, advém de uma “mnemônica negocial” de onde não excluem-se diferentes critérios teóricos e distintas inferências às historicidades manifestas¹³.

Ao lado desta reflexão, reconhece-se que o espaço discursivo da nação (sob o qual repousa o recorte nacionalista) é ele próprio agente de um movimento de demarcação simbólica e historiográfica. No esgrimir dos critérios com os quais se pensaram as histórias nacionais, também se projetaram os relacionamentos entre os dois países. Os futuros passos dessa dialogia luso-brasileira – e por ventura os desenlaces decorrentes do contexto em causa nesta pesquisa – serão igualmente fruto das opções tomadas àquela época. Caberá assim, atenção para as implicações deste processo, principalmente na compreensão dos condicionamentos demarcatórios que subjazem às definições de nossa “brasilidade”, bem como à forma como esta está ancorada também em um arbitrário entendimento de alguma “portugalidade”. Em ambos os casos, entretanto, o mais relevante é atentarmos para a historicidade deste relacionamento.

¹³ Acerca do conceito de fronteira como “mnemônica negocial”, veja-se MARTINS, Rui Cunha. “Da fronteira como mnemônica negocial: traço, delimitação e narração”. Porto: CEPESSE, Separata da Revista População e Sociedade, n.º8, 2002, pp. 147-159.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE JR., José. *Lucros e Perdas: crônica mensal dos acontecimentos*. Por Sívio Romero e Araripe Júnior. Rio de Janeiro: Livraria Contemporânea de Faro & Lino, 2ª edição, junho, 1883.
- ARRIAGA, José. *A política conservadora e as modernas alianças dos partidos políticos portugueses*. Lisboa: Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1879.
- BARRETO, Moniz. “Revista Literária: ‘Fastos da Dictadura militar no Brazil, por Frederico de S.’”. In: *Revista de Portugal*. Vol. III. Porto: Chardron, 1890.
- BELO, José Maria. *História da República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.
- BERRINI, Beatriz. *Brasil e Portugal: a geração de 70*. Breves indicações dos correspondentes brasileiros e portugueses por Paulo Franchetti e Beatriz Berrini. Prefácio de Isabel Pires de Lima. Porto: Campo das Letras, 2003.
- BRAGA, Teófilo. *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Lisboa: Veja, 1983.
- BUENO, Aparecida de Fátima “Relações conflituosas: o Ultimatum inglês na *Revista de Portugal*”. Trabalho apresentado no âmbito do VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, em Coimbra, nos dias 16,17 e 18 de Setembro de 2004.
- CATROGA, Fernando. “Nacionalismo e ecumenismo. A *questão ibérica* na segunda metade do século XIX”. *Cultura, História, Filosofia*, vol.6, 1985.
- CATROGA, Fernando. *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991.
- CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- GARCIA, Manuel Emídio. “O que foi a revolução de 1820”, *A Discussão*, 1º ano, nº 218, 24 de Agosto de 1884.
- GIL, Fernando. *Modos de evidência*. Lisboa: INCM, 1998.
- HOMEM, Amadeu Carvalho. *A ideia republicana em Portugal: o contributo de Teófilo Braga*. Coimbra: Minerva, 1989.
- MAGALHÃES, Luiz. “A revolta do Porto”. In: *Revista de Portugal*. Direcção Eça de Queiroz. Vol. III. Porto: Chardron, 1890.
- MARTINS, J. P. de Oliveira *Política e História. Volume II (1884 – 1893)*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1957.
- MARTINS, Rui Cunha. “Da fronteira como mnemónica negocial: traço, delimitação e narração”. Porto: CEPESE, Separata da Revista População e Sociedade, n.º8, 2002, pp. 147-159.
- MENEZES, Djacir. *O Brasil no Pensamento Brasileiro*. Introdução, organização e notas de Djacir Menezes. Rio de Janeiro: INEP, 1957.
- PAREDES, Marçal de Menezes. “Querela dos Originais: notas sobre a polémica entre Sívio Romero e Teófilo Braga”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição Especial. N.º2, 2006.
- PAREDES, Marçal de Menezes. *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras: Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras. Tese de Doutoramento em História, Especialidade em História da Cultura, 2007.
- QUEIRÓS, Eça (João Gomes). “Notas do Mês”. *Revista de Portugal*, volume I. Porto: Editores Luga & Genelux, 1889.